

Relatório e Contas'17

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

4	1. INSTITUCIONAL
4	1.1. Dados da Entidade e Auditor Externo
5	1.2. Estrutura Accionista
5	1.3. Modelo de Governo e Órgãos Sociais
9	2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO
9	2.1. Panorama Económico Internacional
11	2.2. Panorama Económico Nacional
13	2.3. Situação do Mercado de Valores Mobiliários em Angola
16	3. ACTIVIDADE E DESEMPENHO
17	4. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO
21	5. ANÁLISE FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

26	1. ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
36	2. PARECER DO AUDITOR EXTERNO
38	2. PARECER DO CONSELHO FISCAL

01

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

Relatório de Gestão

1. INSTITUCIONAL

1.1.DADOS DA ENTIDADE E AUDITOR EXTERNO

Dados da Entidade

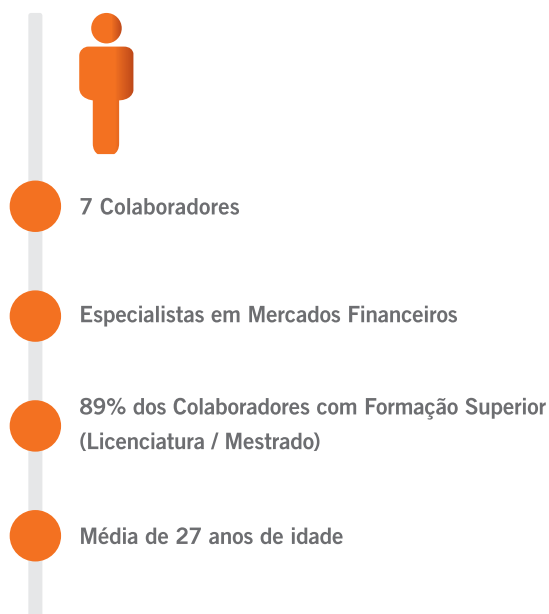
A BFA Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. ("BFA GA"), é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo registada na Comissão do Mercado de Capitais ("CMC") em Dezembro de 2016, sob o número 001/SGOIC/CMC/12-2016.

A BFA GA está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo ("Regime dos OICs"), nomeadamente:

- Constituição de Fundos de Investimento;
- Gestão de Fundos de Investimento; e
- Consultoria em Fundos de Investimento.

A BFA GA é uma das maiores gestoras de activos em Angola que, prestando serviços a investidores institucionais e individuais, detém sob gestão activos avaliados em AOA 11 000 000 000 (onze mil milhões de kwanzas), tendo actualmente o Fundo de Investimento BFA Oportunidades, o primeiro fundo de investimento admitido à negociação ao Mercado de Registo de Operações sobre Valores Mobiliários da Bolsa de Dívida e Valores de Angola ("Bodiva"). As estratégias de investimento da BFA GA abrangem todo um espectro de classes de activos, determinadas através de um acompanhamento e estudo minucioso das oportunidades e tendências que o mercado apresenta.

Possui uma equipa de profissionais especializados em Mercados Financeiros de uma forma abrangente.



Foco para 2018

Em 2018, por forma a potenciar o seu crescimento e desenvolvimento, a BFA GA definiu quais serão os principais eixos estratégicos a apostar, sendo estes a Capacitação da Equipa, Qualidade de Serviço, Risco Operacional e Aumento de Receitas.

A capacitação da equipa passará pela implementação do Plano de Formação estabelecido para 2018, que conta com diversos cursos disponibilizados pela Academia de Valores da CMC. Adicionalmente, está prevista formação especializada para alguns dos elementos, designadamente formação em Inglês, CFA – nível I, e CAIA – nível I.

A promoção da qualidade de serviço conta com dois objectivos principais:

- Eficiência na Gestão dos Processos de Reclamação, no âmbito do qual serão criados processos de centralização da gestão e tratamento de reclamações; e
- Implementação de melhorias ao nível do tempo e capacidade de resposta, e Deveres de Informação, onde o foco se encontra na prestação de informação a todos os intervenientes em tempo útil, bem como a prestação

de esclarecimentos aos investidores e identidades comercializadoras sempre que necessário e oportuno.

No controlo do Risco Operacional, o foco será o Processo de Melhoria de Infra-estruturas, ao nível de comunicações e acessos, o Compliance, ao nível de procedimentos internos e cumprimento do fluxograma das actividades, e por fim, a sistematização das práticas de auditoria, através da contratação de auditores externos e elaboração de relatórios.

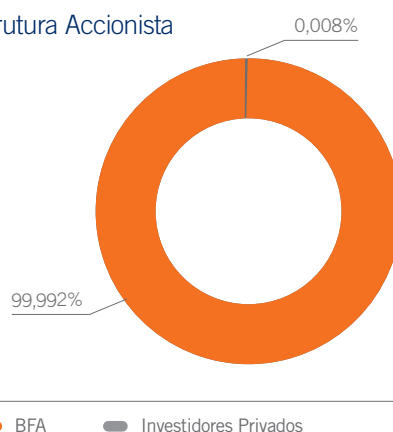
Por fim, com o objectivo de potenciar o aumento de receita, em 2018 a BFA GA pretende criar e lançar novos fundos de investimento, equacionar novas parcerias estratégicas, nomeadamente com players internacionais, bem como trabalhar na promoção da BFA GA, através da participação em eventos e publicação de artigos nos jornais de referência.

1.2. ESTRUTURA ACCIONISTA

A BFA GA terminou o ano de 2017 com o capital social de AOA 50 000 000,00 (cinquenta milhões de kwanzas), representado por 50 000 (cinquenta mil) acções com o valor nominal de AOA 1 000 (mil kwanzas) cada uma,

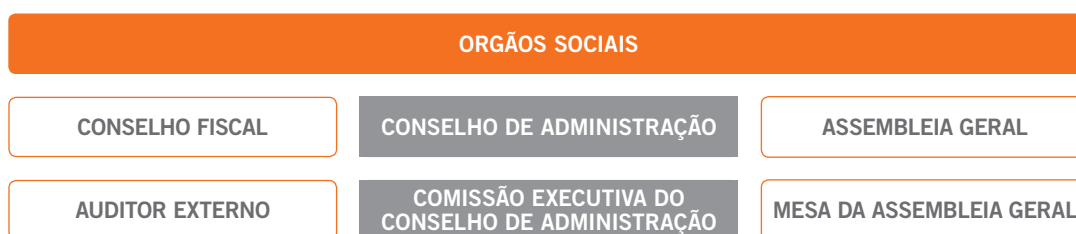
sendo elas detidas maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A.

Estrutura Accionista



1.3. MODELO DE GOVERNO E ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de funcionamento da BFA GA obedece aos requisitos do Regime da OICs e está estabelecido nos seus estatutos o seguinte modelo organizacional:



São órgãos estatutários os órgãos sociais, designadamente:

- i. A Assembleia Geral;
- ii. O Conselho de Administração;
- iii. A Comissão Executiva do Conselho de Administração
- iv. O Conselho Fiscal; e
- v. A Mesa da Assembleia Geral, o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Todos os membros dos órgãos de governação da BFA GA têm competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral para o exercício da função. Estes quadros são vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras tendentes a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, respeitando os melhores princípios da boa e prudente gestão.

Assembleia Geral

Constituição	A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas da BFA GA, cujo funcionamento é regulado nos termos dos estatutos.
Competências	<p>A Assembleia Geral tem competência sobre todas as matérias que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos sociais, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Alteração dos estatutos da sociedade;• Aumento ou redução de capital, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade;• Emissão de quaisquer valores mobiliários que possam vir a dar lugar à subscrição ou conversão em acções;• Introdução de limitações ou supressão do direito de preferência dos Accionistas em aumentos de capital;• Cessação ou suspensão de actividades que a sociedade venha exercendo;• Aprovação e alteração de quaisquer esquemas de prémios, de participação nos resultados, stock-options ou de pensões que tenha por universo membros dos órgãos sociais, salvo se tais matérias hajam sido delegadas numa comissão de remunerações;• Aquisição e alienação de acções ou de obrigações próprias;• Distribuição de bens a Accionistas e adiantamentos por conta de lucros;• Nomeação e destituição do auditor externo;• Qualquer matéria de gestão da sociedade que o Conselho de Administração submeta à sua apreciação.

Conselho de Administração

Constituição	O Conselho de Administração (CA) é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 membros, eleitos em Assembleia Geral, que designará também o seu Presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes. O actual CA do BFA é composto por 5 membros.
Competências	<p>Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social e, em geral, praticar todos os actos que não caibam na competência de outros órgãos da sociedade, destacando-se das suas principais competências:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aprovação do plano de negócio, do plano estratégico e do orçamento e qualquer alteração aos mesmos;• Decisões de impacto patrimonial significativo (ou seja, com valor superior a 7,5% dos capitais próprios) ou estratégico que não estejam previstas no plano de negócio ou no orçamento, nomeadamente, despesas e/ou investimentos que despoletem a necessidade de aumento dos capitais próprios e acordos de parceria, joint-venture ou similares;• Qualquer mudança significativa na área geográfica de actuação da sociedade, salvo se prevista no plano estratégico ou no plano de negócio;• Aprovação da proposta a submeter à Assembleia Geral em matéria de distribuição de lucros, reservas ou outros bens aos Accionistas, quanto em percentagem diferente à que decorre do previsto nos estatutos;• Operações com partes relacionadas que excedam USD 2 500 000 (dois milhões e quinhentos mil dólares americanos), salvo se se tratar de operações realizadas em condições de mercado e dentro dos limites para o efeito fixados pelo Conselho de Administração;

Conselho de Administração

Competências

- Emissão de dívida subordinada, salvo se prevista no orçamento;
- Alteração dos regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a aprovação e alteração de quaisquer outros em matéria de risco;
- O adiantamento por conta de lucros, salvo se previstos no orçamento ou no plano de negócio;
- A constituição de qualquer subsidiária (ou seja, sociedade cujo capital seja controlado em mais de 50% pela sociedade), ou a tomada de participação que altere a formação de uma subsidiária, bem como a perda de controlo de subsidiárias ou a alienação de unidades de negócio, salvo, em qualquer caso, as operações previstas no plano de negócio;
- O relatório do Conselho de Administração em sede de oferta pública de aquisição, tendo por objecto valores mobiliários emitidos pela sociedade;
- A destituição ou rescisão do respectivo contrato relativo aos auditores externos, se tal competência couber ao Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração são registadas em acta, lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

Para regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da BFA GA numa Comissão Executiva, composta por 3 a 7 membros, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no regulamento de funcionamento da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Periodicidade

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo mensalmente e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Constituição

A gestão executiva da BFA GA é assegurada por 3, 5 ou 7 administradores, designados pelo próprio Conselho de Administração, que entre os mesmos, designará o seu Presidente. A actual Comissão Executiva do Conselho de Administração é composta por 3 membros.

Competências

No âmbito do seu regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual, bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração dispõe de amplos poderes de gestão, necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei e, nomeadamente, poderes para decidir e representar a Sociedade.

O seu exercício é objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

Periodicidade

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

Conselho Fiscal

Constituição	<p>A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e funciona nos termos e com os objectivos definidos por Lei ou regulamentação, bem como de acordo com o seu Regulamento.</p> <p>O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois vogais efectivos e um suplente, devendo um dos membros efectivos e o suplente ser contabilista ou perito contabilista. Os seus membros devem ser pessoas singulares com plena capacidade jurídica (Art. 433º da LSC), dotados das qualificações técnicas e da experiência profissional que lhes permita cumprir, de forma efectiva as responsabilidades que lhes estão cometidas.</p>
Competências	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalizar a administração da sociedade;• Zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade;• Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;• Verificar a exactidão do balanço e da demonstração de resultados;• Verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;• Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório, Contas e propostas apresentadas pela Administração;• Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça;• Cumprir as demais atribuições constantes da lei, contrato de sociedade e directrizes da CMC.
Periodicidade	<p>O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.</p>

Auditor Externo

Constituição	<p>A auditoria externa é assegurada pela <i>PricewaterhouseCoopers</i> (Angola), Limitada.</p> <p>A BFA GA defende que os seus auditores são independentes na acepção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. Nesse sentido, a BFA GA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.</p>
Competências	<ul style="list-style-type: none">• Auditar as Demonstrações Financeiras da BFA GA com referência 30 de Junho e a 31 de Dezembro.
Periodicidade	<p>O Auditor Externo efectua anualmente revisões de procedimentos a Direcções e/ou processos seleccionados para o efeito.</p>

Os órgãos sociais da BFA GA nomeados para o triénio 2017-2019 são os seguintes:

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	António Simões Matias
Vogal	Sebastião Francisco Massango

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Jorge Albuquerque Ferreira
Vice-Presidente	Vera Tanguê Escórcio
Vogais	Rui Oliveira António Catana Pedro Amorim

CONSELHO FISCAL

Presidente	Carlos Alberto Firme
Vogais	Henrique Serra Mariana Assis

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	Rui Oliveira
Vogais	António Catana Pedro Amorim

SUPERVISOR

Comissão do Mercado de Capitais

AUDITOR EXTERNO

PriceWaterhouseCooper (Angola), Limitada

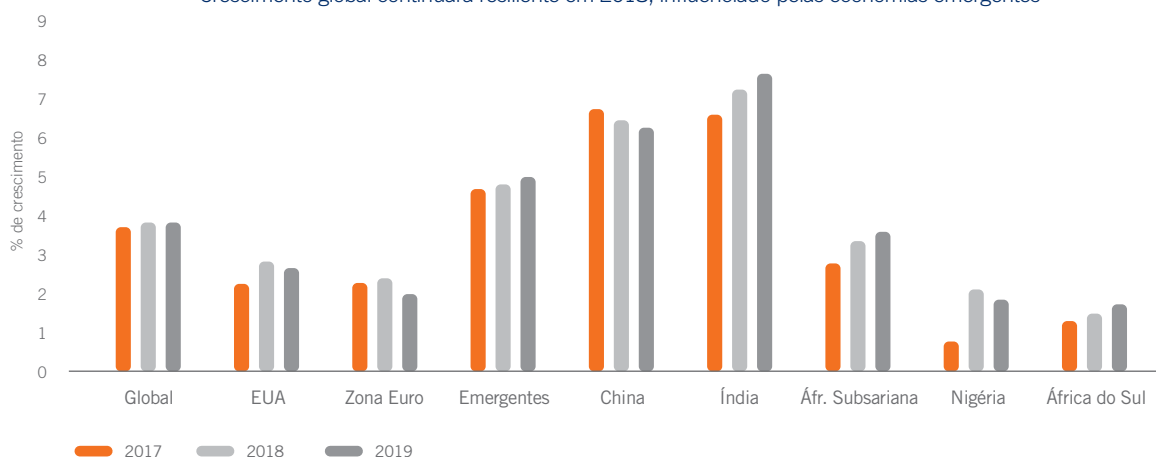
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO

2.1. PANORAMA ECONÓMICO INTERNACIONAL

De acordo com a estimativa do FMI, a economia mundial acelerou em 2017, crescendo 3,8% (3,2% no ano anterior). A melhoria no desempenho reflectiu uma dinâmica mais robusta tanto nas economias avançadas como nas economias em desenvolvimento. Nas economias avançadas, em que se verificou um aumento do PIB de 2,3% (+0,6 pontos percentuais que em 2016), a aceleração foi generalizada: EUA, Reino Unido, Canadá, Japão e Zona Euro viram a sua economia expandir a um ritmo mais

rápido no ano passado. Do lado das economias emergentes, houve igualmente uma aceleração nas várias regiões, com excepção do Médio Oriente e Norte de África, que viram o crescimento desacelerar de 4,9% para 2,6%, principalmente devido a uma quebra de 0,7% no PIB da Arábia Saudita, provocado essencialmente pela manutenção do compromisso do país árabe com as quotas de produção da OPEP. A África Subsariana viu o crescimento duplicar, de 1,4% em 2016 para 2,8% em 2017, ainda que esse aumento tenha sido contido pelos fracos desempenhos das maiores economias da região, a Nigéria e a África do Sul, que cresceram, respectivamente, 0,8% e 1,3%.

Crescimento global continuará resiliente em 2018, influenciado pelas economias emergentes



Em relação a 2018, as previsões da instituição sediada em Washington são de uma continuada, embora mais ligeira, aceleração, para 3,9%. Para este melhor desempenho contribuirá fundamentalmente uma maior dinâmica económica nas economias emergentes, cujo PIB aumentará 4,9%, segundo a estimativa do Fundo. Por outro lado, as economias avançadas deverão acelerar ligeiramente para 2,5%. Na região africana abaixo do Saara, o aumento do PIB deverá tornar-se mais robusto, fixando-se em 3,4%, também alavancado por uma expansão de 2,1% da economia da Nigéria.

Estas expectativas estão condicionadas pelo comportamento dos mercados financeiros face ao lento processo de normalização das taxas de juro que poderá tornar-se mais rápido em 2018, esperando-se algum aumento da volatilidade em relação aos eventos de política monetária, em particular norte-americana. Por outro lado, começam a surgir tensões proteccionistas que poderão ter consequências negativas nas expectativas dos agentes económicos, e por sua vez, na actividade.

Mercados: monetário, obrigações e cambial

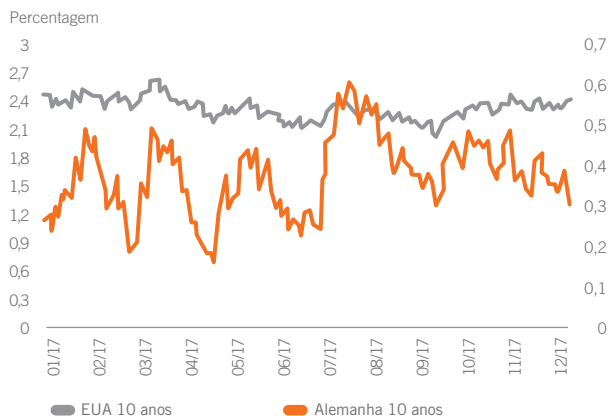
Em 2017, o bom comportamento de algumas economias, levou a que as políticas monetárias se tenham movido para uma abordagem menos acomodatória (ainda que apenas em perspectiva, em vários casos). Em consequência, este bom comportamento levou também a que os yields das principais dívidas soberanas registassem subidas. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal elevou o intervalo da taxa dos Fed-funds por três vezes, em Março, Junho e Dezembro. Ao longo do ano, a autoridade monetária foi preparando o mercado para o começo do processo de redução dos reinvestimentos dos activos que tinham sido comprados pela Reserva Federal, que estava anteriormente a ser completamente reinvestidos na altura da sua maturidade. Em resultado dessa perspectiva, a Libor a 3 meses do USD subiu para 1,6943%, o valor mais alto desde o início de 2009. Em

2018, a Reserva Federal espera igualmente 3 subidas da taxa de referência da política monetária norte-americana. Na Zona Euro, não houve alteração de taxas, sendo que, pelo contrário, o BCE reafirmou a promessa de manutenção dos principais instrumentos da política monetária bem para lá do fim do programa de Quantitative Easing. Apesar disso, em Abril as compras de activos foram reduzidas em EUR 20 mil milhões (MME), fixando-se na quantia mensal de 60 MME, e ao anúncio em Outubro de uma nova redução em 2018 para os 30 MME. Neste cenário, a taxa Euribor a 3 meses manteve-se em valores muito reduzidos, em cerca de -0,33% durante todo o ano de 2017. Em 2018, está previsto o fim do programa de compras de activos do BCE, em Setembro. É de notar, ainda assim, que este fim do programa prevê o reinvestimento dos títulos comprados.

No que toca ao mercado da dívida pública, o movimento geral foi de subida ligeira nos yields, influenciado pela tendência de normalização das várias políticas monetárias mundiais, e pelas perspectivas positivas para o crescimento. A yield do Treasury a 10 anos fechou o ano em 2,405%, praticamente ao mesmo nível do início do ano (2,444%). Em 2018, a yield está a subir bastante, para níveis próximo dos 3%, influenciada pelo receio de subida das taxas de juro. O Bund, por outro lado, teve um movimento de subida desde o início de 2017 (0,189%) até ao final do ano, terminando em 0,427%. Durante este ano, assiste-se até agora igualmente a uma subida da yield, superando já o máximo registado em 2017.

Em 2017, o mercado cambial foi marcado pela queda substancial do dólar. A depreciação de cerca de 12% em relação ao euro, resultou no nível mais baixo do índice cambial agregado do dólar, nos últimos dois anos, de 93.26. Esta trajectória levou o EUR/USD a terminar o ano em 1.20. No reverso da medalha, o euro registou uma apreciação, grande parte impulsionada pela melhoria das perspectivas económicas da Zona Euro.

Yields continuaram em níveis bastante contidos durante o ano de 2017



O euro registou um movimento de forte apreciação face ao dólar em 2017



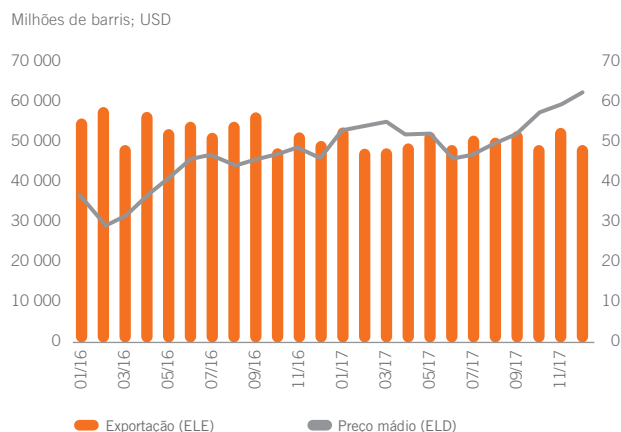
2.2. PANORAMA ECONÓMICO NACIONAL

Economia Angolana

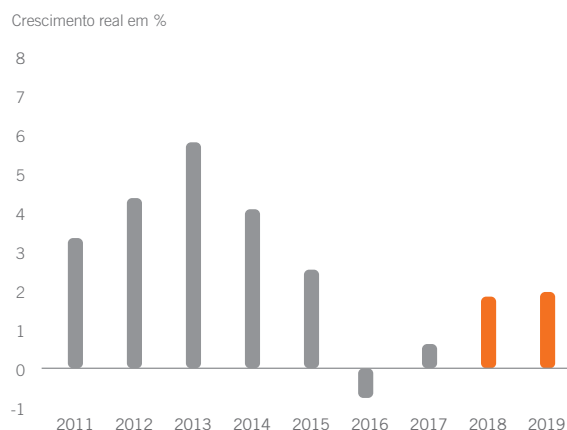
Actividade económica

Durante o ano de 2017, e de acordo com os números estimados pelo OGE 2018, a economia angolana terá crescido 1,1%, um crescimento moderado mas uma recuperação significativa face à quase estagnação verificada em 2016 (+0,1%). Esta recuperação foi suportada por uma aceleração do PIB não petrolífero, que terá aumentado 1,9% no ano passado, em contraste com uma quebra de 0,5% no PIB petrolífero. Este facto resulta de uma diminuição da produção petrolífera, em milhões de barris por dia (mbd), de 1,78 em 2016 para 1,65 em 2017. Apesar de o preço do petróleo ter continuado em níveis relativamente baixos face à realidade anterior a 2015, em 2017 o preço médio registou uma subida relevante para 48,4 USD/barril, um preço ligeiramente superior à previsão do Governo no OGE 2017 (46 USD/barril). Não obstante, esta recuperação enquadra-se ainda no cenário de baixos preços petrolíferos, com consequências nefastas para a economia de Angola. Nomeadamente, verifica-se um ainda reduzido nível de receitas petrolíferas, em dólares, com um duplo impacto na economia não-petrolífera: por um lado, por via de gastos públicos menores devido a menor receita pública de impostos petrolíferos; por outro, devido a uma restrição na obtenção de divisas, que dificulta a importação de bens de consumo, mas também de matérias-primas necessárias à produção nacional, e de bens de investimento.

Preço do petróleo exportado subiu mas a quantidade mostrou sinais de fraqueza



FMI estima que a economia acelere em 2018, depois de um ano de crescimento modesto



Para 2018, espera-se uma aceleração da actividade económica, sendo que a previsão do Governo aponta para 4,9% de aumento do PIB, o que poderá configurar uma recuperação robusta. Esta expectativa tem como base um preço médio do petróleo de USD 50 neste ano. Ainda assim, a previsão do FMI (e de outras instituições internacionais) é mais modesta, de 2,2%. O Executivo espera, no sector petrolífero, um aumento de 6,1% no PIB (suportado por um aumento da produção petrolífera para 1,85 mbd), com um crescimento de 4,4% do sector não petrolífero. Será novamente importante a contribuição do sector energético, que deverá crescer cerca de 60%, com a entrada em funcionamento de mais 2 turbinas na barragem da Laúca, e de turbinas a vapor no Ciclo Combinado do Soyo. A agricultura deverá também ser um sector com um robusto desenvolvimento, crescendo 5,9%, suportada pela implementação de vários projectos, entre os quais um projecto financiado pelo Banco Mundial aplicado nas províncias do Huambo, Bié e Huíla.

Sector externo

No sector externo, segundo as projecções do FMI, 2017 foi caracterizado por uma ligeira melhoria na situação de desequilíbrio externo em Angola. Olhando para o saldo da balança corrente, este apresentou um défice pelo 4º ano consecutivo, embora 0,6 pontos percentuais abaixo dos 5,1% registados em 2016, e bem abaixo do défice de 10% em 2015.

Para 2018, espera-se uma nova melhoria, mais significativa, para o défice da balança corrente, que ficará em 2,2%. Ainda assim, esta melhoria será acompanhada por uma degradação do superávit verificado na balança comercial de bens, que deverá diminuir: este comportamento será explicado por uma variação maior das importações, comparado às exportações; em volume, as importações subirão 2,9%, enquanto as exportações registarão um aumento mais ligeiro, na ordem dos 1,8%, sendo que durante 2018 é pouco provável que o preço do petróleo suba de maneira a compensar este fenómeno, podendo até registar uma quebra.

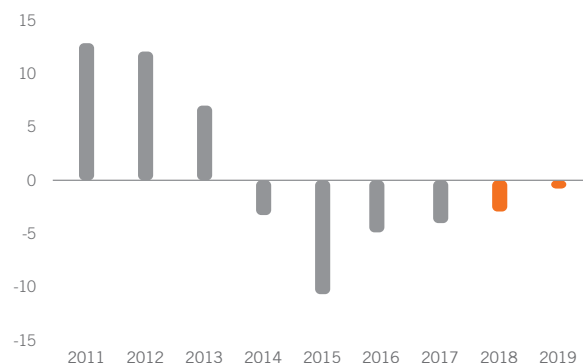
No que toca ao comportamento das reservas em 2017, estas observaram uma descida, de USD 20,8 mil milhões no final de 2016 para USD 13,3 mil milhões no final do

ano passado. Este desempenho deveu-se, por um lado, à manutenção do nível bastante reduzido das entradas de divisas (causado pelo baixo preço do petróleo ainda verificado), e por outro, à ausência de correcção cambial no ano passado.

Já durante o ano de 2018, as autoridades procederam a uma mudança no mecanismo de determinação da taxa de câmbio, tornando-o mais próximo a um mecanismo de mercado, em que a moeda desvaloriza por actuação dos bancos em leilão de divisas com o banco central. Assim, até meados de Abril, a depreciação ocorrida foi de mais de 23% face ao USD e superior a 30% face ao EUR - câmbio em cerca de USD 217 e EUR 268.

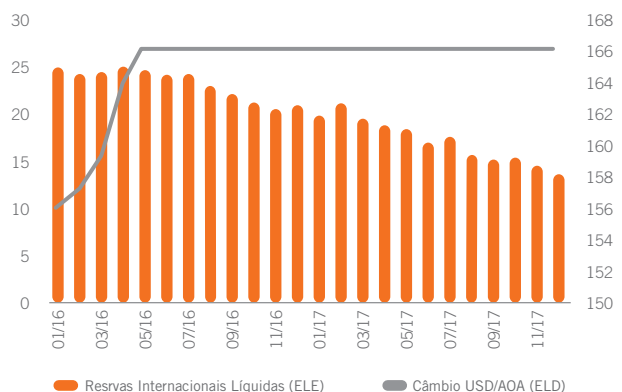
Angola tem tido défices da balança corrente desde 2014, embora menores desde 2015

Crescimento real em %



Reservas sofreram quebra significativa devido à pressão sobre o Kwanza

Mil milhões USD; Kz



Contas públicas, inflação e taxas de juro

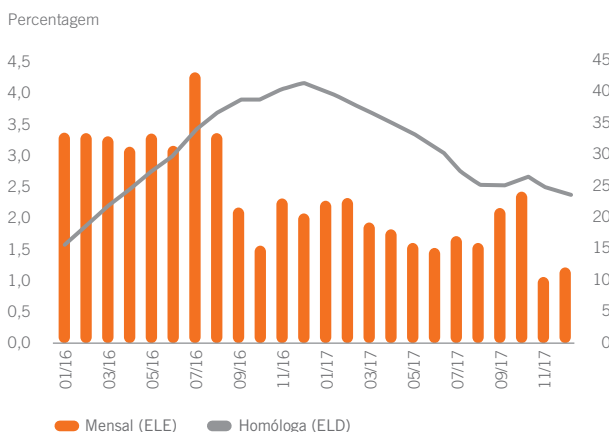
Prevê-se que a execução orçamental em 2017 tenha sido relativamente disciplinada, particularmente tendo em conta as condicionantes do Governo. Assim, o défice terá sido de 5,3% do PIB, menos 0.5 pontos percentuais do que o previsto no OGE 2017. Em 2018, a estratégia será de consolidação orçamental, com o défice a reduzir para 3,4%. Olhando para o nível da dívida pública em percentagem do PIB, este deverá, segundo o FMI, ter chegado aos 65,1% no final de 2017 (incluindo a dívida da Sonangol), o que configura uma diminuição de quase 10 pontos percentuais em relação a 2016, depois de vários anos de aumento. Em 2018, o Fundo espera um novo aumento, embora ligeiro, para os 66,0%, sendo que até 2022 o stock da dívida deverá rondar os mesmos valores em percentagem do PIB.

A inflação teve em 2017 o percurso inverso ao observado em 2016, registando ao mesmo tempo uma média bastante semelhante. O valor médio da inflação fixou-se em 31,7% no ano passado, ligeiramente abaixo dos 32,4% registados em 2016, mas, ao contrário do que aconteceu em 2016, a inflação homóloga assumiu um caminho descendente ao longo do ano, desde o máximo anual de 40,4% em Janeiro até um mínimo de 26,3% no último mês de 2017.

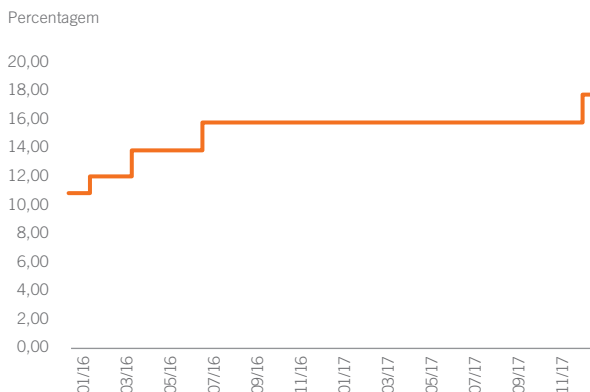
A política monetária manteve-se restritiva em 2017, à semelhança de 2016, com o objectivo de fazer recuar a inflação. A taxa de referência do BNA manteve-se em 16% durante quase todo o ano, aumentando para 18% a meio de Dezembro. A taxa de cedência e a taxa de redesconto mantiveram-se em 20% durante todo o ano, enquanto a taxa de absorção a 7 dias testemunhou sucessivas descidas, de 7,25% para 5,25% em Junho, para 3,25% em Julho, para

2,75% em Agosto e para 0% no final do ano, de modo a incentivar os empréstimos no mercado interbancário.

Inflação permaneceu em níveis elevados em 2017, embora tenha descido consideravelmente



O Banco central manteve a Taxa BNA inalterada até Dezembro, subindo-a nessa altura para 18%



2.3. SITUAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS EM ANGOLA

O ano de 2017 foi mais um ano de afirmação e de expansão por parte da CMC, marcado principalmente pelo facto de ter se tornado membro ordinário da IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV) a 18 de Julho do mesmo ano, abrindo deste modo, portas para o acesso a um conjunto de parceiros, para a partilha de informação, anteriormente inacessíveis.

MERCADOS BODIVA

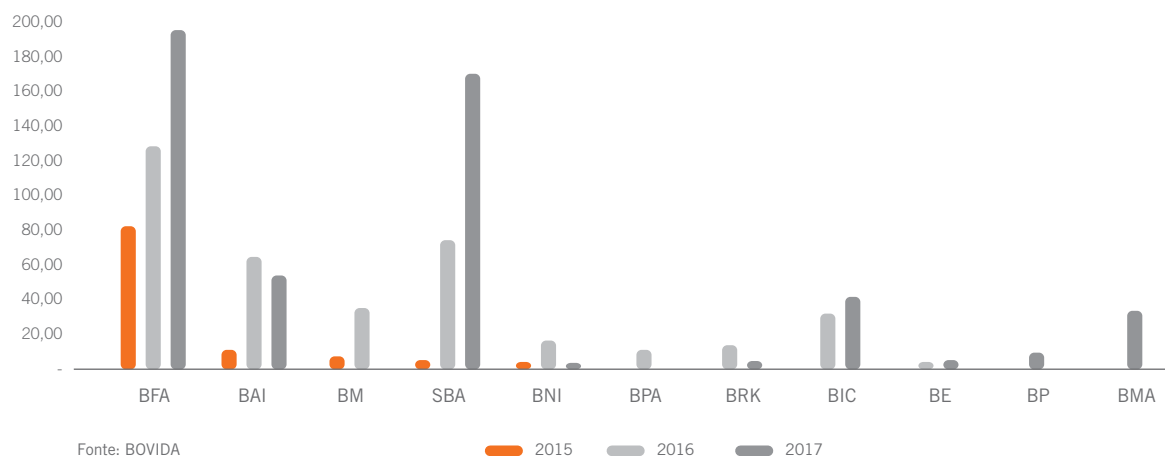
Criação de Infra-estruturas de Negociação e de Pós-Negociação, nomeadamente a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) e a Central de Valores Mobiliários de Angola (CEVAMA), implementada;

Foi dado início ao processo de abertura de contas individualizadas na CEVAMA, em Outubro de 2016, tendo sido abertas até Dezembro de 2017 um total de 3131 contas.

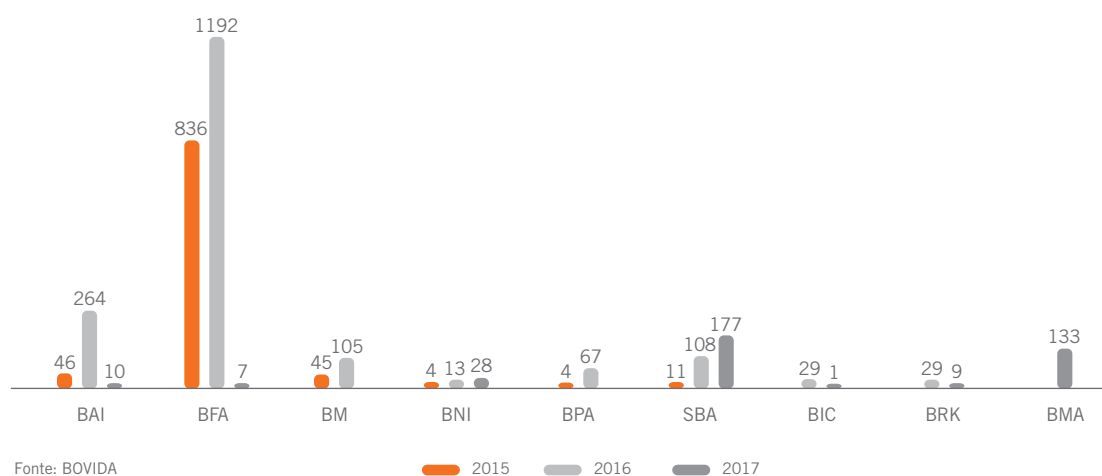
Mercado Secundário de Dívida Pública

Em 2017 foram negociadas na BODIVA, transacções avaliadas em AOA 527,39 mil milhões, o que representa um crescimento de +AOA 161,41 mil milhões face ao ano de 2016. Já entre Maio de 2015 a Dezembro de 2017, as transacções foram avaliadas em AOA 1 000,97 mil milhões.

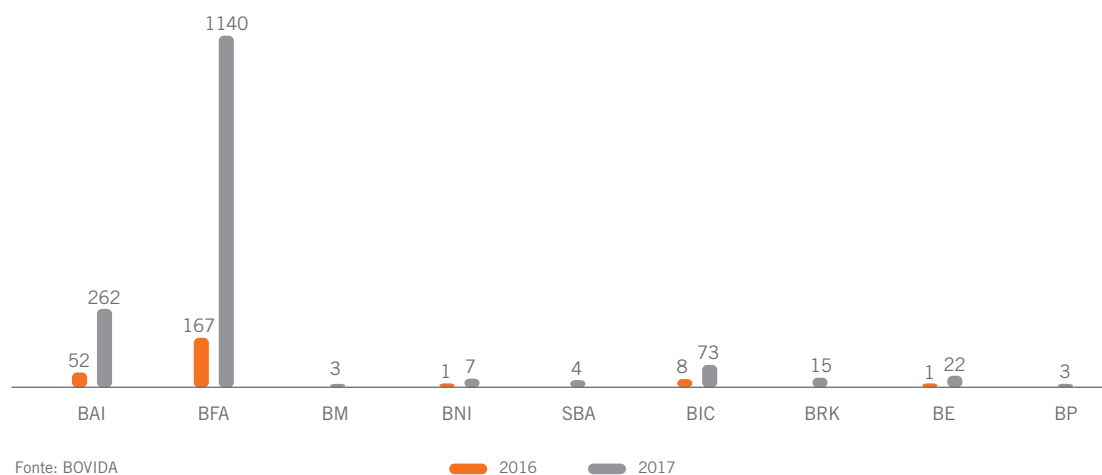
- O volume de Negociações por Intermediários na BODIVA (mil milhões de AOA), foram bastante consideráveis, conforme ilustra o gráfico abaixo, destacando-se o Banco BFA em primeira posição, o SBA em segunda posição e o terceiro lugar a ser ocupado pelo Banco BAI, isto é em 2017.



Intermediário Financeiro Mais Activo no Mercado Bilateral (em n.º de Registos):

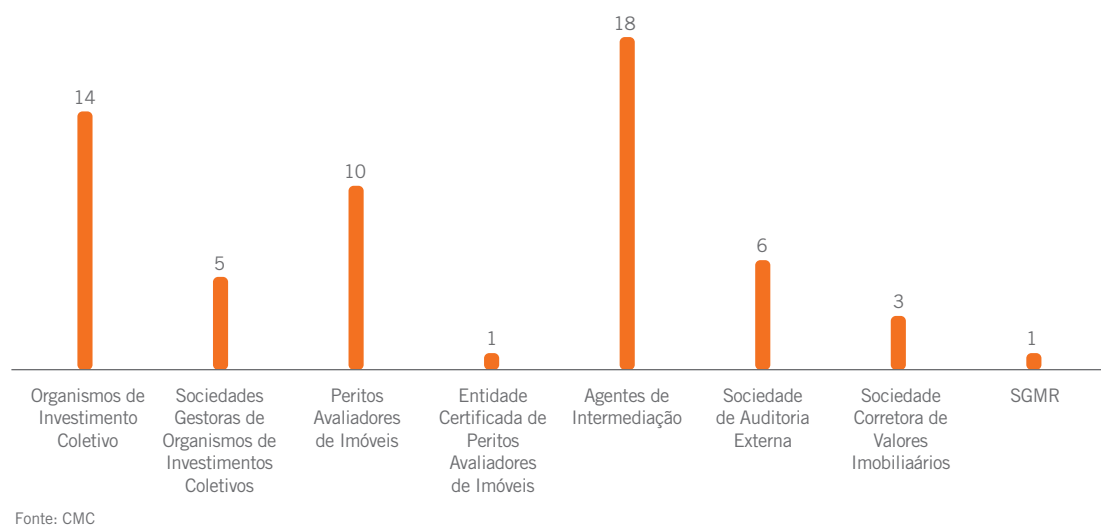


Intermediário Financeiro Mais Activo no Mercado Multilateral (n.º de Negócios)



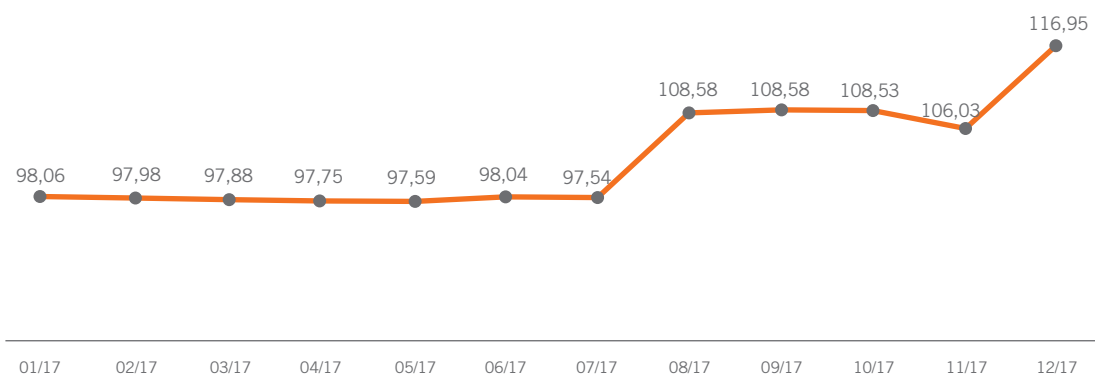
Durante o ano de 2017, a CMC registou e acompanhou permanentemente as instituições sobre sua alçada, procurando ficar cada vez mais próxima dos Players. Procedeu ao processo de informatização do processo de licenciamento (autorização e registo) e processamento de informações por via do Sistema Informático de Supervisão e Fiscalização (SISF). Foi também implementado um modelo de supervisão baseado no risco para o controlo das instituições registadas.

O ano de 2017, terminou com o seguinte cenário quanto ao número de entidades registadas junto da CMC:



Verificou-se um crescimento no que diz respeito aos activos sob gestão de +AOA 18,89 mil milhões, quando comparado ao início do ano de 2017, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Evolução da Indústria dos OIC (mil milhões AOA)



Fonte: CMC

3. ACTIVIDADE E DESEMPENHO

O ano de 2017, foi um ano marcado pela sucessão de desafios nos diversos sectores da economia e que teve como resultado as diversas volatilidades verificadas nos indicadores económico-financeiros do país. Não obstante aos desafios vivenciados, o desempenho da actividade da BFA GA, de um modo geral, é classificada como positiva, na medida em que o ano de 2017 foi o seu primeiro ano de actividade como tal e conseguiu colocar no Mercado um Fundo de Investimento Mobiliário denominado BFA Oportunidades, tendo sido um dos seus principais objectivos para o ano em análise.

A BFA GA, constituída a 16 de Dezembro de 2016, gere actualmente, um Organismo de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários, denominado por BFA Oportunidades. A actividade da Sociedade mantém-se na prestação de serviços estabelecidos em regulamentos próprios elaborados pela Comissão do Mercado de Capitais na qualidade de regulador do Mercado onde a BFA GA está inserida.

As expectativas aquando do lançamento do Fundo foram superadas, primeiro pelo facto de a procura ter superado a oferta, uma vez que apenas esteve disponível AOA 10 000 000 000,00 (Dez mil milhões de Kwanzas), tendo

sido comercializado na totalidade em um período de apenas um mês e aderido por mais de 600 investidores.

A BFA GA terminou o ano de 2017 com uma quota no mercado nacional dos Organismos de Investimento Colectivo Mobiliários de 33,33% (ná óptica do capital inicial dos OICs em actividade), ficando deste modo na 2ª posição no ranking das sociedades gestoras.

Este sucesso, foi resultado de factores como:

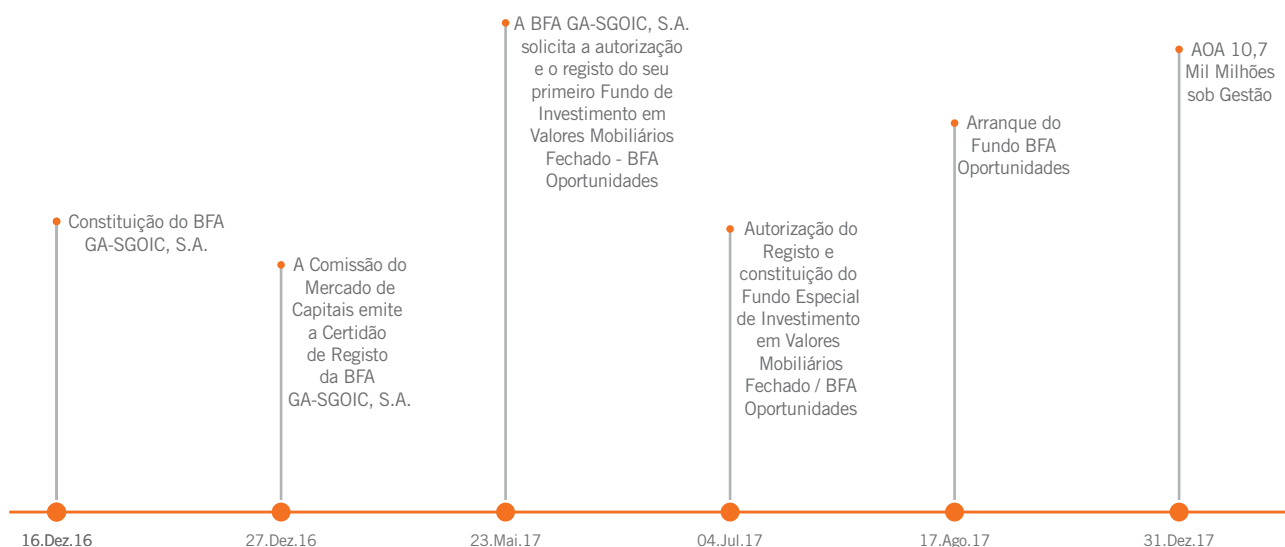
- Por um lado, pela dinâmica, trabalho sério, transparência, democracia e compromisso que a BFA GA demonstrou possuir ao longo do processo de relacionamento com os diversos investidores.
- Por outro lado, pelo facto de a BFA GA fazer parte de um grupo (grupo Banco de Fomento Angola, S.A) sólido com o devido estatuto reconhecido pelo Mercado Angolano e não só.

O ano de 2018 não será muito diferente ao de 2017, principalmente, do ponto de vista dos desafios que nos coloca o contexto macroeconómico. Porém, manter-nos-emos concentrados em contribuir para que os nossos parceiros encontrem sempre em nós a diferenciação,

isto é, produtos e serviços que estejam a altura das suas expectativas no médio-longo prazo. Como instituição, iremos continuar a primar principalmente, no reforço das competências do nosso capital humano que é o nosso

maior activo e nas plataformas tecnológicas e processuais que permitem oferecer um serviço eficiente e eficaz e que proteja cada vez mais o investidor.

Factos Relevantes do ano de 2017



4. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO

4.1. DADOS DA ENTIDADE E DADOS DO SUPERVISOR E AUDITOR EXTERNO

O Sistema de Controlo Interno da BFA GA consiste no plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela Administração para a consecução do objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades. Inclui-se como objectivos, a adesão às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Em virtude da BFA GA se encontrar em início de actividade, e havendo necessidade de cumprir não só com os requisitos legais e regulatórios, mas também com as *best practices*, o Banco de Fomento Angola, S.A. ("BFA"), no âmbito da relação de grupo e da posição de controlo sobre a BFA GA,

além do *know-how* relativo às matérias de controlo interno e gestão de risco, partilha parte do seu Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco.

O actual Sistema de Controlo Interno da BFA GA é constituído por 4 componentes, com objectivos e instrumentos específicos, que suportam o adequado e integrado Sistema de Controlo Interno da BFA GA:

1. Ambiente de Controlo: diz respeito às atitudes dos órgãos da administração e Colaboradores da BFA GA, considerando os níveis de conhecimento e experiência adequados às funções, bem como os elevados princípios éticos e de integridade com que actuam.
2. Sistema de Gestão de Risco: visa estabelecer um conjunto de políticas e processos integrados que assegurem a correcta identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos riscos. Deve considerar todos os riscos relevantes e garantir a sua gestão eficaz, consistente e tempestiva.

3. Informação e Comunicação: Os sistemas de informação e comunicação da BFA GA devem assegurar informação completa, fiável, consistente, compreensível e alinhada aos objectivos e medidas definidos, bem como procedimentos de recolha, tratamento e divulgação da mesma, em conformidade com as melhores práticas.

4. Monitorização: a monitorização do sistema de controlo interno diz respeito à contínua e eficaz detecção tempestiva das deficiências ao nível da estratégia, políticas, processos e todas as categorias de risco, bem como princípios éticos e profissionais.

4.2. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A política de distribuição de resultados está estabelecida nos Estatutos, que define a seguinte prioridade de utilização dos lucros:

- Cobertura de prejuízos transitados de exercícios anteriores;
- Formação ou reconstituição de reserva legal;
- Formação ou reconstituição de reservas especiais impostas por lei;
- Pagamento do dividendo prioritário que for devido às acções privilegiadas, nomeadamente preferenciais sem voto, que a BFA GA porventura haja emitido;
- 40% da parte restante para distribuição a todos os Accionistas, salvo se a Assembleia Geral deliberar por uma maioria correspondente a dois terços do capital social, a sua afectação, no todo ou em parte, à constituição e/ou reforço de quaisquer reservas, ou à realização de quaisquer outras aplicações específicas de interesse da Sociedade;
- A parte remanescente, a aplicação que for deliberada pela Assembleia Geral por maioria simples.

Actualmente, a distribuição de resultados é alocada para formação da reserva legal.

4.3. PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONFLITOS DE INTERESSES

A conduta ética de todos os Colaboradores da BFA GA é um dos factores críticos para o desenvolvimento e sucesso de uma organização, uma vez que comporta benefícios, não só ao nível reputacional, mas também no que respeita à eficiência operacional, gestão prudencial dos riscos e satisfação dos próprios Colaboradores.

Neste sentido, o Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da Comissão Executiva contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de permitir a identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

A BFA GA promove a transparência nas relações, envolvendo órgãos sociais e Colaboradores, inibindo a participação em actividades ilegais bem como a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes. A BFA GA, estipula, ainda, que, quer os membros dos órgãos sociais quer os Colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício das suas funções com total independência.

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos Colaboradores pertencentes à BFA GA rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta da BFA GA, aprovado no Conselho de Administração, cujas linhas principais se resumem:

1. Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade da BFA GA, dos membros dos órgãos sociais e dos Colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
2. Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa-fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência. Garantir aos Clientes e às autoridades competentes, o dever de segredo profissional e uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;

3. Gerir o Conflito de Interesses: (i) nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais Clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; (ii) os conflitos entre interesses de Clientes, por um lado, e os da BFA GA ou dos seus Colaboradores e membros dos órgãos sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos Clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
4. Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos órgãos sociais ou aos Colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida de qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
5. Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão – CMC –, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos órgãos sociais e os Colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente lhes surjam;
6. Nos contactos com os Clientes e com o mercado, os órgãos sociais e Colaboradores da BFA GA devem pautar a sua conduta pela máxima discrição e devem guardar sigilo profissional acerca dos serviços prestados aos seus Clientes e sobre os factos ou informações relacionadas com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.

Entendendo a importância da definição de um claro e objectivo manual de referência de comportamentos que constitua uma ferramenta de orientação ética na tomada de decisões em contexto empresarial, a BFA GA disponibiliza o Código de Conduta da instituição a todos os Colaboradores.

4.4. SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO

O Sistema de Gestão do Risco permite obter uma visão e gestão integradas dos riscos a que as instituições se encontram expostas, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco. Na BFA GA, o Sistema de Gestão do Risco compreende como funções essenciais:

- Definição da Estratégia
- Identificação e avaliação da exposição aos riscos
- Monitorização e controlo
- Reporte e avaliação de desempenho

A gestão de riscos na BFA GA assenta, assim, na constante identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de risco, bem como na execução de estratégias de optimização de resultados face aos mesmos. Destaca-se, ainda, o integral respeito pelas restrições e limites pré-estabelecidos e devidamente supervisionados.

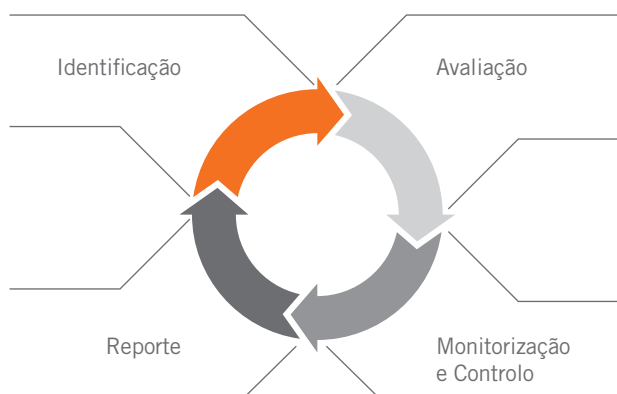
Ainda neste âmbito, a BFA GA tem em desenvolvimento um extenso plano de criação e melhoria de procedimentos, processos e normativos internos, no sentido de identificar e corrigir eventuais falhas e melhorar a respectiva abrangência e objectividade.

A monitorização do sistema de controlo interno, é essencialmente conduzida pela Direcção de Auditoria e Inspecção (“DAI”) do BFA, que procura avaliar a efectividade, eficácia e a adequação do sistema, através da monitorização do cumprimento dos processos e procedimentos estipulados.

A DAI é responsável por garantir análises periódicas às actividades da BFA GA, por forma a salvaguardar a integridade e segurança de activos da BFA GA, bem como o cumprimento da regulamentação e normativo interno aplicáveis e o controlo dos riscos. Adicionalmente, a DAI é responsável por verificar a adequação dos diversos processos de controlo face aos novos riscos identificados

e a sua adequação à legislação vigente relativa a cada processo.

O modelo de gestão de risco Compliance da BFA GA, conduzido pela Direcção de Compliance do BFA, é essencialmente composto por quatro fases:



Identificação

Identifica os riscos actuais e potenciais a que a BFA GA está sujeita, através do recurso a informação actualizada, tempestiva e fiável das diversas áreas. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir informação fiável e tempestiva das diversas áreas;
- Definir a estratégia para identificação de riscos;
- Identificar riscos existentes ou novos;
- Definir e rever indicadores e limites de risco; e
- Incorporar recomendações dos relatórios de risco.

Avaliação

Avalia toda a informação recolhida das diversas áreas, para posterior submissão a mecanismos de avaliação qualitativos ou quantitativos consistentes e auditáveis. Esta fase tem como principais actividades:

- Reunir dados fiáveis e tempestivos das diversas áreas;

- Definir pressupostos e modelos de mensuração do risco;
- Desenvolver modelos de mensuração do risco;
- Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados;
- Validar e garantir a actualização e adequabilidade dos modelos de mensuração de risco; e
- Sujeitar os modelos de mensuração a auditorias periódicas e implementar as respectivas recomendações de melhoria, caso existam.

Monitorização e Controlo

A gestão do risco é sujeita a um processo de monitorização contínuo. Para isso são definidos limites e mecanismos de controlo. Esta fase tem como principais actividades:

- Monitorizar indicadores de risco;
- Monitorizar os limites definidos no plano de contingência de risco;
- Garantir a actualização e adequabilidade dos indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos;
- Desenvolver mecanismos de controlo e alertas de risco;
- Efectuar *stress testing* com base na definição de cenários de risco; e
- Monitorizar a adequação do Sistema de Gestão de Riscos.

Reporte

O reporte dos resultados e mecanismos utilizados, deve ser comunicado sempre que exista necessidade ou mediante uma periodicidade definida estabelecida pelas entidades reguladoras ou internamente. Esta fase tem como principais actividades:

- Elaborar relatórios com base na informação disponibilizada;
- Elaborar recomendações para mitigação do risco;

- Submeter os relatórios para análise do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração;
- Promover a divulgação dos relatórios de forma estruturada às áreas da BFA GA; e
- Monitorizar a implementação das actividades definidas no plano de acção.
- Elaborar plano de acção e responsabilidades para mitigação do risco;

5. ANÁLISE FINANCEIRA

Não obstante a sua constituição a Dezembro de 2016, a BFA Gestão de Activos, iniciou as suas actividades apenas em Janeiro de 2017, pelo que, não existem dados comparativos do exercício anterior.

5.1. BALANÇO

(Valores em Akz)

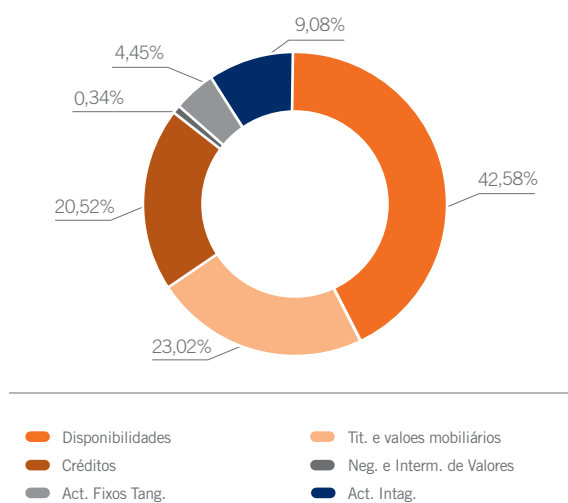
ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2017)
Disponibilidades	4	83 018 349	-	83 018 349
Títulos e valores mobiliários	5	44 878 634	-	44 878 634
Créditos	6	40 004 182	-	40 004 182
Negociação e Intermediação de Valores		660 660	-	660 660
Activos imobiliários	7	37 196 284	(10 808 049)	26 388 235
Activos Fixos Tangíveis		10 636 022	(1 955 514)	8 680 508
Activos Fixos Intangíveis		26 560 262	(8 852 535)	17 707 727
TOTAL DO ACTIVO		205 758 109	(10 808 049)	194 950 060

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
Outras Obrigações	8	145 473 144
TOTAL DO PASSIVO		145 473 144
Capital	8	50 000 000
Resultado Líquido do Exercício		(523 084)
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		49 476 916

Em 31 de Dezembro de 2017, o activo total líquido da BFA GA ascendia a AOA 149,9 milhões, distribuídos pelas rubricas de disponibilidades, activos fixos tangíveis, activos fixos intangíveis, créditos, títulos e valores mobiliários e negociação e intermediação de valores.

Total do Activo



Da análise ao gráfico acima, conclui-se que, neste período de arranque da BFA GA, a maior parcela do activo (42,5%), corresponde ao remanescente do capital social realizado disponível na conta à ordem, destacando-se, também, que 36,55% da composição do activo é representado pelas aplicações de liquidez e imobilizações - *software* indispensável para viabilizar a actividade core da instituição, bem como à aquisição de computadores, impressoras e outros equipamentos para suporte às actividades administrativas.

Do lado do passivo, destacam-se as Outras Obrigações, que corresponde aos montantes devidos pela BFA - Gestão de Activos ao Accionista BFA, a título de reembolso de despesas relacionadas com instalação, pessoal e gestão, incorridas no exercício de 2017, no montante de 145,4 Milhões.

5.2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em Akz)

Rubricas	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	10	118 190 158
TOTAL DOS PROVEITOS		118 190 158
JUROS E OUTRAS DESPESAS	11	41 181 658
IMPOSTOS	12	125 551
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		77 406 033
Prestação de Serviços	13	66 597 984
Amortizações e Depreciações	7	10 808 049
TOTAL DAS DESPESAS		118 713 242
APURAMENTO DO RESULTADO		(523 084)

A Sociedade obteve proveitos no montante de AOA 118 milhões. O prejuízo da BFA GA no final de 2017 cifrava-se nos AOA 523 mil, explicado fundamentalmente pelos custos inerentes a prestação de serviços do BFA, relacionadas com:

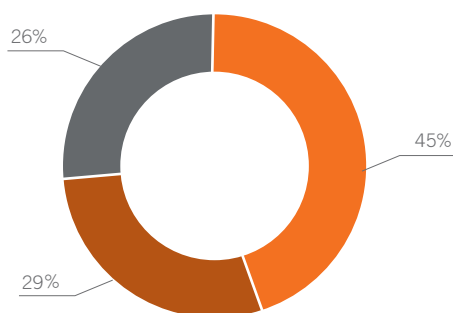
- Software Longo Prazo;
- Activos Tangíveis;
- Pessoal - cedido temporariamente pelo BFA;
- Pessoal - Fundo de Pensões;
- Rendas das instalações;
- Formação;
- Impostos e taxas que o BFA suportou em virtude de pagamento de facturas de bens e serviços relacionados com a BFA GA;
- Outros serviços e despesas, necessárias para o exercício da actividade da BFA GA.

Adicionalmente, atendendo que em uma fase inicial, a BFA GA necessitar de maior acompanhamento por parte do BFA, o BFA debitou durante o ano de 2017, o valor mensal de AKZ 3 300 000, a título de compensação por custos administrativos que incorreu, designadamente, com Consultoria, Informática, Contabilidade, Compliance, Auditoria e outros serviços relacionados com o funcionamento da sociedade.

5.3. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

A BFA GA registou até ao final do ano de 2017 recebimentos no valor de AOA 172,9 milhões, provenientes essencialmente da realização do capital social, comissões de gestão do fundo BFA Oportunidades, e investimentos em títulos correspondentes a 29%, 45% e 26% respectivamente, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Fluxo de Caixa de Recebimentos



- Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimentos
- Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC
- Fluxo de Caixa no Ajuste ao Valor de Mercado

Com relação aos pagamentos realizados em 2017, destacam-se os relativos a compra de obrigações e os custos associados a essa compra, AOA 89 milhões e custos inerentes a aplicações financeiras, AOA 4,9 milhões.

02

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E
NOTAS ÀS CONTAS**

Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de Dezembro 2017

(Valores em Akz)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2017)
Disponibilidades	4	83 018 349	-	83 018 349
Títulos e valores mobiliários	5	44 878 634	-	44 878 634
Créditos	6	40 004 182	-	40 004 182
Negociação e Intermediação de Valores		660 660	-	660 660
Activos imobiliários	7	37 196 284	(10 808 049)	26 388 235
Activos Fixos Tangíveis		10 636 022	(1 955 514)	8 680 508
Activos Fixos Intangíveis		26 560 262	(8 852 535)	17 707 727
TOTAL DO ACTIVO		205 758 109	(10 808 049)	194 950 060

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
Outras Obrigações	8	145 473 144
TOTAL DO PASSIVO		145 473 144
Capital	8	50 000 000
Resultado Líquido do Exercício		(523 084)
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		49 476 916

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em Akz)

Rubricas	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	10	118 190 158
TOTAL DOS PROVEITOS		118 190 158
JUROS E OUTRAS DESPESAS	11	41 181 658
IMPOSTOS	12	125 551
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		77 406 033
Prestação de Serviços	13	66 597 984
Amortizações e Depreciações	7	10 808 049
TOTAL DAS DESPESAS		118 713 242
APURAMENTO DO RESULTADO		(523 084)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Valores em AKZ)

Saldo em 01 de Janeiro de 2017	-	-	-
Recebimentos por aumento de capital	50 000 000	50 000 000	-
Pagamentos por redução de capital	-	-	-
Incorporação das reservas ao capital	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-
Efeitos de ajustes diários ao títulos e valores mobiliário	-	-	-
Efeitos de ajustes das operações cambiais	-	-	-
Efeitos de perdas líquidas em fundos de pensões patrocinados	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de titularização	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de participação	-	-	-
Apropriação do resultado líquido do exercício	(523 084)	-	(523 084)
Constituição de reservas	-	-	-
Anulação de reservas	-	-	-
Pagamento de dividendos antecipados das SI	-	-	-
Dividendos propostos no período	-	-	-
Compensação de prejuízos	-	-	-
Efeito das distribuições de resultados	-	-	-
Saldos em 31 Dezembro 2017	49 476 916	50 000 000	(523 084)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores em AKZ)

	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimento		77 951 676
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Carteira de Títulos		1 401 935
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Caixa de Comissões		76 549 741
Fuxos de Caixa de Rendimentos e Operações de Crédito		-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxo de Caixa de Rendimento de Aplicações em Operações Comprometidas		-
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		50 000 000
Recebimento de Proveitos de Premios na Emissão das UTC		50 000 000
Fluxo de Caixa no Ajuste ao Valor de Mercado		44 986 816
Recebimentos de Proveitos de Títulos para Negociação		44 986 816
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		-
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS		172 938 492
Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas		(4 988 770)
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		(4 988 770)
Fluxos de Caixa de Despesas de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários		-
Fluxo de Caixa de Despesas de Câmbio		-
Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado		(89 823 765)
Pagamento de Custos de Títulos para Negociação		(89 823 765)
Fluxo de Caixa de Impostos		(125 551)
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola		(125 551)
Fluxo de Caixa de Comissões		(6 000)
Pagamento de Custos de Outras Comissões		(6 000)
Fluxo de Caixa de Multas		-
Fluxo de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		-
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Perdas		(132 122)
Pagamento de Outros Custos e Perdas		(132 122)
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTO		(95 076 208)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		77 862 284
Saldo em Disponibilidade no Início do Período		-
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período		77 862 284

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por “BFA - Gestão de Activos” ou “Sociedade”), foi constituído por Escritura Pública de 16 de Dezembro de 2015, tendo iniciado a sua actividade em 01 Janeiro de 2017, após efectuar o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), em 30 de Dezembro de 2016.

A BFA - GESTÃO DE ACTIVOS é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial n.º7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

Conforme indicado na Nota 9, em 31 de Dezembro de 2017, a BFA - Gestão de Activos é detida maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A..

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BFA - Gestão de Activos foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16 de 6 de Julho.

Sendo este o primeiro exercício de preparação das Demonstrações Financeiras são apresentados os montantes com referência ao exercício decorrido entre 1 de Janeiro de 2017, data de início da actividade do Banco, e 31 de Dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio

indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BFA – Gestão de Activos em 15 de Maio de 2018, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Geral que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Em 31 de Dezembro de 2017, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	31-Dec-17
1 USD	165,924
1 EUR	185,400

2.3 Créditos e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a Clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo

seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Atendendo às características dos Títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pela BFA – Gestão de Activos é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano estão registadas no balanço da BFA - Gestão de Activos pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

2.5 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de Clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.6 Activos intangíveis e outros activos tangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem principalmente a software informático, são registados ao custo de aquisição e amortizados linearmente ao longo de um período de três anos.

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição.

Os terrenos não são amortizados. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.8 Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

2.9 Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos

só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto Industrial

A BFA - GESTÃO DE ACTIVOS encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC") são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menos-valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Foi aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014, de 20 de Outubro, o novo Código do IAC com entrada em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da BFA - Gestão de Activos. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Após 1 de Janeiro de 2015, o IAC deixou de ter a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, estando os respectivos rendimentos excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Imposto sobre o património

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal da BFA - Gestão de Activos, quando o seu valor é superior a 5 000 mAKZ.

Outros impostos

A BFA - GESTÃO DE ACTIVOS está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

2.10 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DE OIC GERIDA

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a BFA – Gestão de Activos efectua a gestão da carteira do Fundo BFA Oportunidades – Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado.

Em 31 de Dezembro de 2017, a carteira do fundo de investimento gerido pela BFA – Gestão de Activos apresenta a seguinte composição:

	Juros Carteira	Juro Bruto	Valor de Mercado
110 - DISPONIBILIDADES	262 268	262 268	21 273 280
110.20 - Depósitos à ordem			403
171963241300001 - Conta DO			403
110.50 - Depósitos a prazo	262 268	262 268	21 272 877
DP: 17196324/20/004 - DP - AOA	262 268	262 268	21 272 877
130 - TÍTULOS E VALORES MOBIL.	877 847 713	877 847 713	9 895 515 179
130.1 - Dívida pública fixa	877 847 713	877 847 713	9 895 515 179
BT: AOTNB7617G17 - BT - AOA	877 847 713	877 847 713	9 895 515 179
260 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	-		(104 179 452)
260.2 - Outras obrigações de natureza fiscal			(59 398 835)
260.2.60 - Imposto industrial			(59 398 835)
Imposto lucro Trib. LT - AOA			(59 398 835)
260.6 - Diversos			(44 780 617)
260.6.21 - Entidade gestora			(40 004 182)
Comissão de gestão - CG - AOA			(40 004 182)
260.6.31 - Entidade depositária			(4 000 418)
Banco depositário - BD - AOA			(4 000 418)
260.6.34 - Taxa supervisão			(776 017)
Taxa supervisão - TS - AOA			(401 017)
Taxa supervisão fixa - TF - AOA			(375 000)
TOTAL	878 109 981,01	878 109 981,01	9 812 609 005,74

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-Dec-17
Disponibilidades em Instituições Financeiras	77 862 284
Depósitos à ordem	5 156 065
Outros	83 018 349

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outros tem a seguinte composição:

	Capital aplicado	Juro corrido	Valor da carteira
Outros - Depósitos a Prazo	4 988 770	167 295	5 156 065
	4 988 770	167 295	5 156 065

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Títulos e valores mobiliários é apresentada como segue:

						31/dez/17
Título	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Desconto corrido	Juro corrido	Valor de balanço
AOTNOI071216	AKZ	253	44 171 693	693 270	13 671	44 878 634
						44 878 634

6. CRÉDITOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Créditos - Valores a Receber de Sociedades Geridas, representa o valor de Comissão de Gestão devido pelo Fundo.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2017, as rubricas de Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis apresentam o seguinte movimento:

	01-Jan-17	Aumentos	Transferências	Abates, alienações e outros	Amortizações do exercício	31-Dec-17
Activos Fixos Tangíveis						
Móveis utensílios instalações e equipamentos	-	10 636 022	-	-	(1 955 514)	8 680 508
	-	10 636 022	-	-	(1 955 514)	8 680 508
Activos Intangíveis						
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	-	26 560 262	-	-	(8 852 535)	17 707 727
	-	26 560 262	-	-	(8 852 535)	17 707 727
	-	37 196 284	-	-	(10 808 049)	26 388 235

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outras Obrigações - Credores Diversos corresponde aos montantes devidos pela BFA - Gestão de Activos ao Accionista BFA, a título de reembolso de despesas relacionadas com instalação, pessoal e gestão, incorridas no exercício de 2017.

9. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital social

A Sociedade foi constituída em 16 de Dezembro de 2015 com um capital social de 50 000 000 AKZ.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o capital social da BFA - Gestão de Activos é detido em 99,9% pelo Banco de Fomento Angola S.A., possuindo assim uma relação de grupo e este último uma posição de domínio na referida sociedade.

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica juros e outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31-Dec-17
Comissões	
Comissão de Gestão	116 553 923
Carteira de Títulos	
Títulos da Dívida Pública	1 450 353
Outros Juros e Proveitos Equiparados	
Depósito a Prazo	185 882
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	118 190 158

11. JUROS E OUTRAS DESPESAS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica juros e outras despesas apresenta a seguinte composição:

	31-Dec-17
Outras Comissões	
Comissão Bancária	(165 253)
Comissão Bodiva	(39 475)
Comissão Cevama	(20 207)
Outras Comissões	(39 606 042)
Outros custos e perdas	
Formação	(1 350 681)
JUROS E OUTRAS DESPESAS	(41 181 658)

12. IMPOSTOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de impostos apresenta a seguinte composição:

	31-Dec-17
Imposto de Consumo	(67 534)
Imposto de Aplicação de Capitais	(56 442)
Imposto Selo	(1 575)
IMPOSTOS	(125 551)

13. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica prestação de serviços apresenta a seguinte composição:

	31-Dec-17
Subcontratos - Pessoal	(54 804 785)
Rendas	(7 927 920)
Condominio	(1 233 048)
Outros despesas	(2 632 231)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(66 597 984)

14. PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas com a BFA - Gestão de Activos:

- aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira - Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira da Sociedade - Accionistas; e
- os membros do pessoal chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

Em 31 de Dezembro de 2017, os principais saldos e transacções mantidos pela a Sociedade com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas da BFA Gestão de Activos		Membros do Conselho de Administração da BFA - Gestão de Activos	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	BFA Oportunidades - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	Total
	BFA	Outros				
Disponibilidades	83 018 349	-	-	-	-	83 018 349
Títulos e Valores Mobiliários	44 878 634	-	-	-	-	44 878 634
Activos imobiliários	26 388 235	-	-	-	-	26 388 235
Outros activos	660 660	-	-	-	40 004 182	40 664 842
Outros passivos	(145 473 144)	-	-	-	-	(145 473 144)
Juros e proveitos equiparados	1 636 236	-	-	-	116 553 923	118 190 158
Juros e outros custos equiparados	(118 587 692)	-	-	-	-	(118 587 692)
Unidades de participação	(49 960 000)	(30 000)	(10 000)	-	-	(50 000 000)

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2017 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados da Sociedade.

Parecer do Auditor Externo



Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da
BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas da BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 194.950.060 Kwanzas e fundos próprios de 49.476.916 Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 523.084 Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

8 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras em vigor.

18 de Maio de 2018

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086

Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da

BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A.

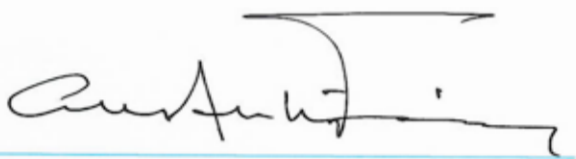
1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 21º nº1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade Gestora, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normais legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade Gestora as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela sociedade PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda., o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.



6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somo do parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e;
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade Gestora pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 18 de Maio de 2018

O Conselho Fiscal



Carlos Alberto Firme

Presidente



Mariana Conceição Assis

Vogal



Henrique Manuel Camões Serra

Vogal

Proposta de aplicação de resultados



Tendo em consideração o resultado negativo no exercício de 2017, no montante de AOA 523 084 (quinhentos e vinte e três mil e oitenta e quatro Kwanzas), a Comissão Executiva do Conselho de Administração propõe ao Conselho de Administração que a totalidade do resultado do exercício de 2017 seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

